O *Sola Scriptura* como pressuposto básico da hermenêutica protestante reformada

Fábio José Barbosa Correia[1]

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a hermenêutica protestante reformada, sintetizada pelo lema *Sola Scriptura*. A expressão latina traduzida por "somente a Escritura" tem sido considerada uma alternativa aos excessos dogmáticos e interpretativos tanto da Igreja Romana pré-Reforma quanto do fundamentalismo protestante do século XX. Abordaremos o tema a partir de resultados de pesquisa bibliográfica, pontuando autoridades no assunto, como por exemplo: R.C Sproul e Paulo Anglada. Ao final, esperamos demonstrar a importância de considerar a Escritura como "a única regra de fé e de prática", em contraponto com outras formas de embasar a vida e a crença.

Palavras-chave: Reforma. Hermenêutica. *Sola Scriptura*.

Introdução

O século XVI foi um divisor de águas para o cristianismo ocidental. A ideia de pluralidade interpretativa era praticamente inexistente e qualquer tentativa de implementá-la era, literalmente, sufocada pela necessidade de convergência à palavra final da Sé Romana. Somente através de uma ruptura radical, de dentro para fora, isso poderia acontecer. Obviamente que ruptura não estava nos planos originais do Monge Agostiniano Martinho Lutero. Antes, pelo contrário, ele queria promover uma Reforma na igreja ocidental que, em sua visão, estava completamente desviada das Escrituras Sagradas, chegando ao pronto de vender perdão, através das chamadas indulgências[2].

[1]Doutorando em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de PE. Mestre em Filosofia, pela Universidade Federal de PE - UFPE. Licenciado em Filosofia, pela Universidade Católica de PE e em Educação Religiosa, pelo Seminário Presbiteriano do Norte – SPN. E-mail: *fabiocorreia@hotmail.com*

[2] Leão X era o ocupante do trono papal em Roma. O que este papa acreditava consta das suas próprias palavras que ele dirigiu a um de seus bispos: "Oh quanto dinheiro já nos rendeu a fábula de Cristo!". A fim de arrumar dinheiro para os seus divertimentos, instituiu uma indulgência geral como pretexto de que necessitava de dinheiro para continuar as obras da basílica de São Pedro, em Roma. Esta indulgência foi chamada de Indulgência Plenária, a qual traria grandes benefícios de toda a espécie, incluindo a remissão de pecados, isenção da necessidade de penitência e a libertação de almas do purgatório. O arcebispo Alberto de Mognúcia foi encarregado da venda das indulgências na

Nesse sentido, Lutero fracassou. Ele não conseguiu implementar a necessária mudança na igreja Romana, o que consistiria em uma ampla Reforma da então única igreja cristã visível[3] do ocidente.

Robert Nicolls, importante historiador do cristianismo, dá a dimensão do que fora a atuação de Lutero, em relação à autoridade da Escritura, no cenário que viria a ser conhecido como Reforma Protestante. Diz ele:

> Num debate, no qual fora desafiado por um defensor da igreja, ele declarou, como resultado dos estudos que fizera, que o papa não tinha autoridade divina e que os concílios eclesiásticos não eram infalíveis. Essas afirmações significaram seu rompimento definitivo e irrevogável com a igreja papal (NICOLLS, 2002, p.159).

Praticamente toda a celeuma e debate no âmbito teológico do século XVI girou em torno da questão da autoridade. Lutero entendia que a autoridade, suficiência e infabilidade residia na própria Escritura Sagrada e não em quem a interpreta. Isso, obviamente, diminuía o poder e a proeminência do clero, e, em especial, do próprio supremo pontífice de Roma, que representava o magistério.

A Reforma Protestante do século XVI delimitou algumas frentes de combate a ensinamentos considerados errados ou heréticos, da Igreja Católica Romana, sintetizadas em uma espécie de conjunto de lemas, que ficaram conhecidos como "Os *Solas* da Reforma", em número de cinco: *Solus Christus* (somente Cristo), *Sola Gratia* (somente a Graça), *Sola Fide* (somente a Fé), *Soli Deo Glória* (Glória somente

Alemanha. Este contratou monges que percorriam o território germânico vendendo as mesmas. Entre estes vendedores de indulgências, nenhum agia com tanta má fé como o monge João Tetzel. Conforme: periódicos. fabapar.com.br/index.php/vt/article/view/69/139. Acessado em 01/11/2020.

[3] A doutrina mais importante para os cristãos não católicos (romanos e ortodoxos): a doutrina das duas naturezas da igreja. O Catecismo Maior de Westminster, com grande heroísmo, da pergunta 62 até a pergunta de nº 65, aborda essa importantíssima questão. Diz o catecismo (pergunta 62) que a igreja possui uma dimensão visível – é a igreja visível -, constituída por todos (salvos e não salvos) que professam a "verdadeira religião". Ora, o que é a verdadeira religião se não aquela fundada e comissionada por Cristo e por seus Apóstolos, com suas marcas? Nesse sentido, os protestantes estariam fora. Contudo, a outra dimensão da igreja, a dimensão espiritual – a igreja invisível – nos traz de volta ao cristianismo autêntico. Vejamos: pergunta 64: "O que é a igreja invisível? ". Resposta: "A igreja invisível é o número total dos eleitos que foram, são ou ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, o cabeça". Eis a doutrina mais importante do protestantismo. Dela depende estar unido verdadeiramente a Cristo ou não. A ideia de uma igreja invisível (mas real e verdadeira) acaba, por completo, com a necessidade lógica de uma ligação direta, física e histórica com o cristianismo primitivo; com a igreja literal fundada por Cristo e pelos seus Apóstolos (Jerusalém, Roma, etc). Em última análise, todos os protestantes verdadeiros e eleitos em Cristo (porque há aqueles que só fazem parte da igreja visível) fazem parte da verdadeira igreja de Cristo: a igreja invisível, aquela constituída apenas pelos eleitos de Deus, em qualquer época, em qualquer lugar, que independe de tempo, espaço e história. Conforme: https://filosofiacalvinista.blogspot.com/2009/11/em-busca-do-elo-perdido-doutrina-que.html. Acessado em 31/10/2020.

a Deus) e, finalmente, *Sola Scriptura* (somente a Escritura). Esse último será objeto da análise de nosso artigo. Procuraremos demonstrar como esse princípio tornou-se o pressuposto básico da hermenêutica Protestante Reformada, em contraposição ao magistério da igreja Romana, bem como os desdobramentos futuros.

1 O que não é o *Sola Escriptura*

Sola Scriptura não significa uma rejeição à teologia e a outros textos que têm a intenção de interpretar a própria Escritura, nem mesmo significa uma rejeição à consideração de aspectos históricos e culturais quando da interpretação bíblica. É importante pontuar isso, porque há aqueles fundamentalistas que negam todo o legado produzido por teólogos e comentadores da Bíblia, priorizando uma interpretação literal, advinda diretamente, e, somente, do que diz o texto sagrado.

Nesse mesmo sentido, Paulo Anglada, sobre a suficiência das Escrituras, faz a seguinte afirmação: "A doutrina da suficiência das Escrituras também não apregoa desprezo ao ofício ministerial. Reconhecemos, como William Whitaker, que 'A igreja é intérprete das Escrituras e o dom da interpretação reside somente na igreja'" (ANGLADA, 2013, p.93).

É importante salientar que, na visão de Anglada, a palavra "igreja" não está relacionada, necessariamente, e, apenas, à Igreja Romana, mas, sim, à igreja Cristã. Isto é, ele não entende que o chamado "magistério da igreja", da igreja Católica Romana, possui exclusividade na interpretação correta da Escritura. Caso contrário, estaria completamente distante do que pensavam os Reformadores. Certamente não é o caso.

2 O que é o *Sola Escriptura*

A expressão latina traduzida por Somente a Escritura significa que absolutamente nada além da Bíblia deve servir como base para nossas práticas religiosas, para nosso pensamento teológico-doutrinário e até para a nossa vida cotidiana. Daí a afirmação confessional: "A Bíblia é a nossa única Regra de Fé e de prática". Essa afirmação levanta também a condição hermenêutica defendida pelos

Reformadores de que a Bíblia interpreta a própria Bíblia.

Segundo Bayer, "Martinho Lutero defendeu o princípio hermenêutico de que a Escritura é sua própria intérprete" (BAYER, 2007 p.49). E ainda, segundo ele, Lutero entendia que: "não é o intérprete que confere sentido ao texto ou que torna o texto compreensível; antes, é o texto que deve poder dizer aquilo que tem a dizer a partir de si mesmo" (BAYER, 2007 p.49).

No cerne dessa discussão está a ideia de que o Canon bíblico, tendo sido definido pela igreja (Romana), caberia a ela, de forma autoritativa, definir o grau de importância ou reverência da Escritura, dentro da economia das regras de fé e de prática. Isso colocaria a Bíblia em subordinação à própria igreja.

Calvino discordava veementemente dessa suposta superioridade da igreja Romana em relação à Escritura Sagrada. Primeiro ele explica o argumento que privilegia a autoridade da igreja em relação à Escritura:

> Muitos são os que se deixaram levar pelo erro por demais pernicioso de afirmar que a importância da Escritura só é real na medida e na proporção a ela atribuídas pela igreja, como se a verdade eterna e inviolável de Deus estivesse estribada no bel prazer de homens. Pois, numa afronta vergonhosa ao Espírito Santo, eles levantam esta questão: [...] Não é à igreja que cabe impor regras a todas as coisas? Daí concluem eles que é a igreja que determina o grau de reverência que se deve ter pela Escritura e quais os livros que devem ser considerados canônicos (CALVINO, 2006, pg.71).

Depois, refuta essa suposta autoridade da igreja e reafirma a superioridade da Escritura:

> Se a doutrina dos profetas e dos apóstolos é o fundamento da igreja, primeiro importa que haja firme certeza dessa doutrina para que, somente, então, a igreja comece a existir [...]. Pois bem, se a igreja cristã, desde o princípio, esteve fundada os escritos dos profetas e na pregação dos apóstolos, a aceitação dessa doutrina, onde quer que se encontre, é anterior à igreja, mesmo porque, sem ela, a igreja nunca existiria (CALVINO, 2006, pg.72).

E, finalmente, conclui:

> Portanto, é pura fantasia e mentira dizer que a igreja tem autoridade para julgar a Escritura e que é ela que, a seu bel prazer, determina a certeza que se pode ter ou não ter quanto à Palavra de Deus. A verdade é que, quando a igreja recebe e aprova a Escritura, não é a igreja que a torna autêntica, como se antes disso ela fosse duvidosa

> e incerta. Muito ao contrário, porque é a igreja que reconhece que a Escritura é a verdade de Deus, e, conforme o seu dever, a respeita sem restrições (CALVINO, 2006, pg.72).

Como demonstramos, tanto na mente de Lutero quanto na de Calvino, não pairava nenhuma espécie de dúvida quanto à autoridade suprema das Escrituras e que essa autoridade independe da igreja. Antes, é a Escritura que dá legitimidade à igreja e não o contrário.

Sproul, escrevendo sobre autoridade da Escritura, afirma: "Lutero e os reformadores não queriam dizer por *Sola Scriptura* que a Bíblia é a única autoridade da igreja. Pelo contrário, queriam dizer que a Bíblia é a única autoridade infalível dentro da igreja" (SPROUL, 1982, p. 122).

3 O que visa a combater o princípio de *Sola Escriptura*

Como já dissemos, com o princípio de *Sola Scriptura*, os Reformadores intentavam combater erros e desvios da Igreja Romana. Dentre esses erros, aquele que é considerado a raiz de todos os outros: deixar de considerar a Escritura como "suficiente".

Na perspectiva dos Reformadores, a Igreja Católica Romana nutria, e ainda nutre, um princípio que poderia ser chamado de "Escritura Também". Não é que a Igreja Católica Romana desconsidere a Bíblia como "uma" regra importante para a fé a para a prática de vida do cristão. Mas, certamente, para ela, a Escritura não é a "única" regra, como queriam Lutero e Calvino. A postura da Igreja Romana em relação à Escritura pode ser resumida na equação: Escritura + Tradição + Dogmas + Bulas Papais.

Então, inicialmente, os Reformadores quiseram devolver à Escritura essa prerrogativa de exclusividade no direcionamento da religião e da vida dos fiéis. Ou seja, na visão deles, nem a Tradição, nem os Dogmas, nem as Bulas Papais deveriam ser obedecidos e cridos de forma autoritativa.

O próprio Lutero, quando chamado a se retratar de suas ideias últimas, no famoso episódio da Dieta de Worms[4], em 1521, sintetizou bem a ideia de *Sola*

[4] Quando Lutero se apresentou ante Carlos V, em Worms, já estava excomungado. Competia à Autoridade Secular executar o herege impenitente. Aliás, a presença do monge agostiniano perante

Scriptura, renegando a possibilidade de qualquer outra fonte que pudesse lhe servir como regra de condução da sua vida e de seus pensamentos. Disse ele:

> A não ser que seja convencido pelo testemunho da Escritura ou por argumentos evidentes (pois não acredito nem no papa nem nos concílios exclusivamente, visto que está claro que os mesmos erraram muitas vezes e contradisseram a si mesmos) – a minha convicção vem das Escrituras a que me reporto, e minha consciência está presa à palavra de Deus (LUTERO, 1984, p.148, 149).

O princípio do *Sola Scriptura*, entretanto, não está circunscrito ao século XVI. Ele tem sido utilizado em qualquer época em que a autoridade da Escritura esteja sendo questionada ou mesmo dividida com outras regras de conduta.

À semelhança do que ocorre no Catolicismo Romano, que tem a Escritura apenas como uma das regras possíveis de fé e de prática, no Pentecostalismo, cuja origem remonta ao início do século XX, também ocorre o princípio que chamamos de "Escritura Também", que pode ser sintetizado na equação: Escritura + Novas Revelações + Novas Profecias. A palavra "nova" denota revelações e profecias que não estão registradas nas páginas da Sagrada Escritura. Porém, na prática pentecostal, possuem status de regra de fé e de prática, competindo em autoridade com a Escritura. Comentando sobre essa questão, Palmer Robertson faz a seguinte afirmação:

> Ao longo da história da igreja, algumas pessoas têm procurado na continuidade da revelação de Deus diretrizes para sua vida. Os romanistas têm confiado nos concílios da igreja e no papa, enquanto que os místicos têm confiado na voz interior [...]. Os homens parecem ter grande dificuldade em viver contentes com a Palavra do Senhor objetivamente registrada (ROBERTSON, 2015, p. 97).

Note que Robertson identifica nos místicos, dentre os quais podemos contar, certamente, os pentecostais, uma aproximação real e pertinente com os romanistas, no sentido de ambos acreditarem e buscarem uma espécie de

---

o imperador carece de lógica e deve-se a uma imposição dos príncipes alemães, especialmente de Frederico, o Sábio, da Saxônia, o qual não simpatizava com a doutrina de Lutero. Carlos V não tinha grandes pretensões em relação a Lutero, pois enquanto recebia o monge, mandava queimar escritos luteranos nos Países Baixos. A única coisa que fez foi mandar Lutero retratar-se. Como este último se negasse, mandou publicar o Edito de Worms, a 26 de maio de 1521, banindo-o. Ninguém, nem mesmo os príncipes simpatizantes, questionou a validade legal do ato do imperador. Lutero deveria ser aprisionado e executado na fogueira. Conforme periódico de Estudos Teológicos: http://ism.edu.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/1058. Acessado em 09/10/2020.

continuação da revelação de Deus, para que possam pautar suas vidas, para além da Escritura Sagrada. Por fim, relembra:

> Os Reformadores, que pagaram com sua vida pela liberdade do domínio que as tradições da igreja exerciam, eram especialmente zelosos em salvaguardar as futuras gerações das opressões criadas pelas supostas palavras do Senhor. "Somente a Escritura" era seu brado sem titubeio. Unicamente a Palavra de Deus, escrita, um padrão objetivo que todos os homens podem ver e ler comunica a infalível verdade ao povo de Deus, já que Deus, agora, cessou de usar seus antigos métodos de revelar sua vontade à igreja (ROBERTSON, 2015, p. 98).

Os Reformadores, assim como os herdeiros diretos e indiretos de seu legado, de forma unânime, adotam o princípio do *Sola Scriptura*. Os pentecostais, por sua vez, por não adotarem, na prática, esse peculiar lema da Reforma Protestante, além de outras posturas teológicas, descaracterizam-se a ponto de fazer supor que nada têm a ver com o movimento do século XVI; que são um movimento completamente outro[5].

Um importante documento do século XVII, elaborado pelos Puritanos, no capítulo que trata sobre a Escritura Sagrada, faz a seguinte afirmação:

> Foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo [...]. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens (WESTMINTER, 1999, I.I, VIV).

Essa luta pelo reconhecimento da autoridade exclusiva da Sagrada Escritura, como única regra de fé e de prática, tem sido atualizada ao longo dos tempos. Hoje,

[5] Assim como a Reforma Protestante está para o Catolicismo, o Pentecostalismo está para a Reforma Protestante. O Pentecostalismo é um movimento completamente novo, no sentido de ser completamente outro. Verdadeiramente uma nova Reforma Religiosa, que os historiadores, num futuro distante, possivelmente, chamarão de "a Reforma Pentecostal". A primeira Reforma, a do século XVI, distanciou o cristianismo do Catolicismo Romano, a segunda, a Pentecostal, no século XX, promoveu essa reaproximação, em diversas frentes, como demonstraremos. A Reforma Pentecostal é, de fato, um movimento que trouxe para o cristão ocidental uma terceira opção, antes inexistente. Agora o Cristão ocidental, pode ser:a) Católico Romano; b) Protestante;c) Pentecostal.Conforme:https://filosofiacalvinista.blogspot.com/2011/10/pentecostalismo-e-reformarotestante.html. Acessado em 29/10/2020.

os defensores desse princípio, podem contar com o reforço das confissões reformadas, além de vasto material traduzido dos próprios Reformadores ou ainda de pesquisadores. Além do legado dos Puritanos, do século XVII.

Considerações finais

Esperamos ter deixado claro que a hermenêutica protestante tem como pressuposto básico o princípio do *Sola Scriptura* que, além de advogar para a Escritura Sagrada a prerrogativa de ser a "única" regra de Fé e de Prática; autoridade exclusiva nesse sentido, também pressupõe que a Escritura possui sua própria verdade intrínseca, que independe da interpretação tutelar do magistério da igreja ou de quem quer que seja para emanar a vontade revelada de Deus ao seu povo: a Bíblia interpreta a própria Bíblia. Esse princípio ao mesmo tempo em que esvazia a ideia de poder exclusivo de interpretar, ilumina e evidencia a autoridade da Escritura Sagrada.

Referências

ANGLADA, Paulo. Sola Scriptura: A doutrina Reformada das Escrituras. Ananindeua-PA: Knox Publicações, 2013, 227P.

BAYER, Oswald. A teologia de Martim Lutero: uma atualização. Traduzido por Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

CALVINO, João. As institutas da Religião Cristã. I Vol. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, 256p.

LUTERO, Martinho. Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da reforma. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo:Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1984, p.

NICHOLS, Robert Hastings. História da Igreja Cristã. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2000, 336 p.

ROBERTSON, Palmer. A palavra final: respostas bíblicas à questão das línguas e profecias hoje. Recife: Os Puritanos, 2015, 168p.

SPROUL, R. C. Sola Scriptura: Crucial ao Evangelicalismo. In J. M. Boice, ed. O Alicerce da Autoridade Bíblica. São Paulo: Vida Nova, 1982.